

Tecnologia e inovação de processos na prestação de serviços de segurança pública na Bahia

João Apolinário da Silva
apolinario@fbb.br

Abstract

This work presents a description of the activities developed by the service of public safety of the State of Bahia, highlighting the paper of each one of the institutions that composes its structure, analyzing the fomentation of the innovations of the processes and the use of new technologies for the installment of public service with more speed and quality. We highlighted, also, the paper of the university as partner for knowledge obtaining and construction of new technologies that come to transform the service, endowing it of more quality and agility in order to conserve under control the social safety as a whole. Some will be seen concepts and definitions inside of the it is discussed as Science, Technology and Innovation, according to the Ministry of the Science and Technology - MCT, seeking to insert the improvement of the “ life “ quality as one of the objectives of public safety’s service.

Keywords: Public safety. Innovation. Technology.

Resumo

Descreve atividades desenvolvidas pelo serviço de segurança pública do Estado da Bahia, destacando o papel de cada uma das instituições que compõem a sua estrutura, analisando o fomento das inovações dos processos e a utilização de novas tecnologias para a prestação de serviço público com mais rapidez e qualidade. Destaca, também, o papel da universidade como parceira para obtenção de conhecimento e construção de novas tecnologias que venham transformar o serviço, dotando-o de mais qualidade e agilidade a fim de conservar sob controle a segurança social como um todo. Serão vistos alguns conceitos e definições dentro do que é discutido como Ciência, Tecnologia e Inovação, segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia, visando inserir a melhoria da “qualidade de vida” como um dos objetivos do serviço de segurança pública.

Palavras-chave: Segurança pública. Inovação. Tecnologia.

1 Introdução

A crise vivida pelo modelo policial praticado no Brasil, que ainda se parece com a mesma forma de atuação¹ aplicada no meado do século XX, favoreceu diversas discussões que têm ajudado a se formular novas práticas de ações de polícia² e estimulou a implantação de diversas tecnologias e inovações de processos de prestação de serviço de segurança pública que fizeram mudar a dinâmica no setor, no contexto nacional e, principalmente, na Bahia.

O que se pretende analisar neste trabalho é o suporte tecnológico e as mudanças ocorridas em decorrência de sua inserção no cotidiano do serviço policial, fazendo com que houvesse uma nova forma de se exercer a atividade de segurança pública no estado da Bahia. Não serão tratadas as formas de atuações repressivas resultantes de episódios temporais, tampouco serão analisadas as atuações coletivas de grupos minoritários que indiquem, claramente, desvios de condutas profissionais.

Para se conhecer o potencial de tecnologia aplicado pelo setor de segurança pública, foi preciso percorrer todos os órgãos da Secretaria da Segurança Pública³ e de posse de dados obtidos sobre as tecnologias e inovações empregadas para o exercício de suas atividades de rotina, foi possível dimensionar o processo de desenvolvimento tecnológico e as inovações contidas neste setor estratégico do Estado.

Relacionar ciência, tecnologia e inovação – CT&I, à atividade de segurança pública, na atualidade, está vinculada ao debate nacional sobre o tema, em que é mostrado o caráter utilitário de CT&I como fator determinante para melhoria da qualidade de vida do cidadão, que ora é uma das metas do Ministério da Ciência e Tecnologia. Num primeiro momento, é difícil vincular a qualidade de vida à CT&I, entretanto quando encerramos a idéia de que a tecnologia pode trazer melhorias significativas nas formas de obtenção ao acesso à educação, saúde, segurança, ao lazer e outras atividades, estaremos, assim, proporcionando soluções mais factíveis aos seus problemas.

Toma-se, então, a definição de Atividade Científica e Tecnológica, C&T, como aquela contida no Manual de Frascati (1993):

Atividades científicas e tecnológicas correspondem ao esforço sistemático relacionado com a geração, avanço, disseminação e aplicação do con-

hecimento científico e técnico em todos os campos da Ciência e da Tecnologia. Incluem as atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D). O treinamento e a educação técnica e científica, bem como os serviços científicos e tecnológicos. Treinamento e educação técnica e científica correspondem a todas as atividades relativas ao treinamento e ao ensino superior especializado não-universitário, ao ensino superior e ao treinamento para a graduação universitária, à pós-graduação e aos treinamentos subseqüentes, além do treinamento continuado para cientistas e engenheiros. Os serviços científicos e tecnológicos compreendem as atividades concernentes à pesquisa e ao desenvolvimento experimental, assim como as que contribuem para a geração, disseminação e aplicação do conhecimento científico e tecnológico.

Podem ser agrupados em nove subclasses:

- atividade de C&T em bibliotecas e assemelhados;
- atividade de C&T em museus e assemelhados;
- tradução e edição de literatura científica;
- pesquisa geológica, hidrográfica e assemelhados;
- prospecção;
- coleta de dados sobre fenômenos socioeconômicos;
- testes, padronização, controle de qualidade etc.;
- aconselhamento de cliente, inclusive serviços públicos de consultoria agropecuária e industrial;
- atividade de patenteamento e licenciamento por instituições públicas (UNESCO, 1978 apud SILVA; MELO, 2001)

Assim, qualquer que seja a transformação pretendida, isso poderá ocorrer, também por meio de C&T, se houver uma socialização da educação, a qual atuará diretamente sobre o comportamento dos indivíduos, levando-os a compreender seu papel social, melhorando seu convívio em sociedade. Já o avanço tecnológico dará maior acessibilidade ao “processo de desenvolvimento humano” e isso poderá minimizar os efeitos negativos da desigualdade social.

A aplicação de inovações tecnológicas no setor de segurança pública requer uma mudança do “modelo mental” no qual o planejamento da atividade deve estar voltado para melhoria da qualidade de vida da sociedade e não para a facilitação do serviço prestado, buscando através de novos conhecimentos reduzir os efeitos do crime, principalmente, aqueles que ocorrem

em maior volume nas grandes cidades.

Para Castells (1999), o crime é tão antigo quanto à humanidade, neste caso, é difícil se ter uma sociedade, nos moldes do mundo moderno, sem o crime. Assim, há também a necessidade de se fornecer um novo modelo de prestação do serviço de segurança à população, a fim de impedir os danos decorrentes dessa atividade humana. Para tanto, é preciso incrementar ciência, tecnologia e inovação tecnológica voltada para a segurança social, buscando controlar os indicadores de criminalidade.

2 Estrutura e demanda de tecnologia no setor de segurança ostensiva

Na década de 1990, a polícia baiana dá sinais de mudança. No início desta década, algumas modificações nas técnicas empregadas no policiamento ostensivo promoveram transformações no perfil dos integrantes da polícia fardada. Neste caso, o policial que tinha uma especialização para exercer uma única modalidade de serviço, tal como: ser apenas um policial de trânsito, passa a realizar outros tipos de policiamento⁴.

No meio dessa mesma década encontramos uma maior atividade de inovação⁵ dos processos empregados no serviço público de segurança, bem como uma desvinculação com práticas exercidas por gestões anteriores.

A tecnologia passa a ser uma nova temática encabeçada pelo seu dirigente maior. A questão do conhecimento passou a ser mais valorizada e, com o aumento do ensino médio na população baiana, medida pelo Ministério da Educação, houve a necessidade de elevar o nível de escolaridade na seleção para ingresso na base da pirâmide da Polícia Militar. Embora esse acesso já tivesse se cristalizado como uma prática no início dos anos 90. Porém, é no meado da década que esse pré-requisito se torna obrigatório. Neste mesmo intervalo de tempo estimulou-se a implantação de redes de computadores e a alfabetização digital do efetivo policial militar.

Outro passo importante para o incremento da atividade científica e difusão de conhecimento foi a aproximação com a Universidade. Data desta mesma época a criação do Instituto de Pesquisa da Polícia Militar que poderia ter um papel importante para aglutinar o conhecimento em prol da

sociedade.

As mudanças são cada vez mais radicais para se romper com velhos paradigmas. Em estudos desenvolvidos pela Universidade Federal da Bahia⁶, em parceria com a Polícia Militar, conduziu a mudanças organizacional e estrutural na polícia ostensiva. Seu uniforme (enquanto “embalagem do produto”) foi alterado, não só com a finalidade de se fazer uma adequação quanto às condições climáticas, mas para criar uma nova imagem. Era preciso, também, mexer no conteúdo do produto (serviço prestado), a fim de se alcançar uma nova polícia. A troca de conhecimento realizada junto à Universidade alcançou o escalão superior e a mudança começou a operar de forma vertical.

A alteração organizacional deu uma nova dimensão no processo de tomada de decisão. Acessoriamente, adicionou-se um grande potencial computacional que alcançou 100% de todas as unidades policiais militares do interior e da capital do Estado. Estes recursos passaram a funcionar, parcialmente, conectado em rede, cobrindo 62,5% do parque informatizado até o início do século XXI, totalizando mais de seiscentos computadores, sendo que o percentual restante foi implantado até o início do ano 2004.

Outro fator importante dessa nova fórmula, encontrada pelo comando da PM, entre os anos de 1995 a 1998 foi a mudança do currículo dos cursos de formação dos policiais militares incorporando, principalmente, princípios do policiamento comunitário⁷ e valorizando os direitos humanos⁸. A implantação do policiamento comunitário viabilizou a reorientação do efetivo policial criando uma modalidade de conhecimento que alcançou o alicerce da corporação.

Essa nova estratégia de enriquecimento do potencial intelectual da base do grupo e o grande encurtamento de ligações com outros setores da sociedade desencadearam uma abertura democrática para discussão das problemáticas internas e externas do papel da polícia ostensiva baiana. Os desígnios dessa nova polícia, lastreada no conhecimento e em novas tecnologias, embora necessárias e não suficientes, caminharam para produção de formas diferenciadas de atuação e novas lideranças, cujos efeitos pode-se encontrar no cotidiano.

A criação de um departamento de Desenvolvimento Tecnológico e Qualidade fomentou a criação de aplicativos computacionais que passaram

a controlar os serviços prestados durante as atividades de rotina⁹ e especiais¹⁰. Encontra-se dentro destes programas que controlam o policiamento ordinário, policiamento em eventos (carnavais, micaretas, vaquejadas, procissões, roubo a bancos, acidentes de veículos), controle de absentismo da tropa, entre outros, fornecendo assim, riquíssimo material de estudo e pesquisa diante da quantificação de variáveis sociais envolvidas em cada um dos processos.

O acesso a essas informações tem favorecido a prestação mais racional do serviço de segurança pública para determinadas regiões do interior e da capital do Estado, incidindo na melhoria da qualidade de vida de determinados territórios e favorecendo a chegada de negócios e aumentando o potencial econômico da região. É óbvio que apenas o policiamento ostensivo não é suficiente para melhorar a segurança pública de certo lugar, e um exemplo disso é o espaço do Pelourinho, no qual só houve desenvolvimento com a revitalização do espaço físico, juntamente com a aplicação massificada de policiamento ostensivo.

3 Tecnologia no setor de segurança investigativa

No setor de investigação, ligado à Polícia Civil do Estado da Bahia, a tecnologia e a inovação dos serviços ficaram mais acentuadas a partir dos anos finais da década de 90. Junto com o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), houve a descentralização e ampliação do serviço de identificação civil - vinculado à Polícia Técnica, como também, o serviço de informação de antecedentes criminais, controlado pelo Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária (IPRAJ). Porém, a inovação mais relevante centrou-se numa nova fórmula de atendimento ao público denominado por Serviço de Atendimento Policial (SAP), que tem como objetivo “Melhorar a qualidade no atendimento prestado ao cidadão nas Delegacias da Polícia Civil do Estado da Bahia.”¹¹

O SAP procura aperfeiçoar a demanda reprimida por serviço de segurança, ocasionada pela deficiência do modelo de atendimento que o antecedia. As condições físicas dos locais onde ocorriam as prestações do serviço foi um dos primeiros aspectos a ser modificado, dentro dessa nova concepção. As

delegacias passaram a ter um novo desenho estrutural que viabilizasse a instalação de novos equipamentos a fim de dotá-las de um “sistema informatizado” para obtenção de informações nacionais e internacionais sobre criminosos e crimes e dá conforto e acessibilidade aos cidadãos.

Essa reestruturação das delegacias possibilitou a criação de uma nova “identidade visual”, tirando, um pouco, o aspecto constrangedor (construído no imaginário popular) de estar envolvido numa ocorrência policial de qualquer natureza e que necessitasse de um atendimento em uma instalação policial.

O sistema informatizado implantado, inicialmente, na Capital e na cidade de Feira de Santana, conectou a polícia baiana aos bancos de dados externos ao sistema de segurança, tais como: Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública (INFOSEG), Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM), Registro Nacional de Carteira de Habilitação, Antecedentes de Criminalidades (RENACH) etc. Este projeto piloto viabilizou a expansão desse modelo de atendimento para outras delegacias do Estado.

Para consecução dessa nova tecnologia foi firmada parceria com a Secretaria de Administração na qual esta passaria a coordenar e acompanhar as construções, seleção contratação e treinamento de recursos humanos, repassado do padrão de atendimento implantado no modelo SAC, execução e fiscalização das reformas físicas.

Junto a Companhia de Processamento de Dados da Bahia (PRODEB), obteve-se apoio na construção de um novo sistema de informações policiais, implantação de redes, desenvolvimento e manutenção do banco de dados e contratação de serviços especializados em informática.

Além do aspecto físico mais agradável, o novo sistema de atendimento policial agregou um serviço de psicologia para acompanhar as vítimas de crimes e para dar encaminhamento às questões que merecem apreciação de outros órgãos públicos que não seja, necessariamente, uma delegacia de polícia.

O sistema informatizado possibilitou um atendimento mais rápido, possibilitando a emissão imediata de certidões, registro on line de ocorrências policiais, controle de armas, veículos e objetos roubados, custódia de presos,

estatísticas diversas e apoio às investigações. Nesse sistema, também, é possível se fazer à instauração e acompanhamento de inquéritos policiais e trâmite de algumas modalidades de laudos periciais. A partir do compartilhamento dessas informações, através de rede interna da Secretaria da Segurança Pública e Intranet, as delegacias tiveram acesso às informações dos Mandados de Prisão e denúncias IPRAJ, identificação civil, armas e munição.

Uma outra dimensão dessa tecnologia, implantada nas delegacias foi a capacidade dela fazer “interface eletrônica” com a Polícia Técnica, Polícia Militar e Departamento de Trânsito. A integração dos dados é importante durante a realização de operações conjuntas e integradas, tais como nas atuações do carnaval, festas populares e na promoção da desterritorialização de criminosos, através do mapeamento da criminalidade, análise e interpretação dos dados coletados a partir das ocorrências registradas, tendo como experimento o geoprocessamento realizado na cidade de Feira de Santana.

No final do ano de 2001, o sistema possuía mais de 160.000 registros, que contêm informações de documentos perdidos, até homicídios. Através desse banco de dados, é possível efetuar o controle dos locais, horários e pessoas envolvidas em delitos graves, acelerando assim, as investigações e desenvolvimento de operações integradas para controle da criminalidade e fornecer dados consistentes para pesquisadores sociais.

4 Tecnologia e inovação no setor de polícia técnica

Nesta atividade de polícia concentra-se grande parte dos equipamentos modernos e desenvolvimento de processos para investigação policial. O desenvolvimento de P&D nesta área é uma constante para se conservar atualizado e produzir conhecimento no mundo científico moderno.

A Polícia Técnica, junto com seus quatro órgãos¹² realizam as perícias técnicas oficiais e oferecem às delegacias e/ou juizados, os resultados dos exames realizados em provas materiais.

O Laboratório Central possui uma infra-estrutura composta por dez coordenações: Coordenação de Química, Hematologia, Biologia, Genética, Pesquisa, Toxologia, Física, Fotografia, Bromatologia e a Coordenação

Instrumental. Seu corpo técnico tem uma formação bastante diferenciada, porém concentrada nas ciências afins às atividades de polícia técnica. Seus pesquisadores são formados nas áreas de Química, Biologia, Farmácia-Bioquímica, Física, Engenharia Química e Medicina-legal. Possui, ainda, mestres e doutores nas áreas de concentração em Química Analítica, Química, Meio- Ambiente, Biologia Molecular, entre outras.

Novos equipamentos foram adquiridos para aprimorarem as técnicas de análises existentes. O sistema de análise toxicológica foi ampliado com o incremento de novas tecnologias, tal como: amostrador automático (headspace), utilizado para automatizar as análises de alcoolemia¹³, aumentando a confiabilidade dos resultados. Com o cromatógrafo líquido de alta eficiência – HPLC¹⁴ é possível fazer a análise de fármacos, substituindo-se antigas técnicas utilizadas pelo LCPT. Estes e outros equipamentos somaram aos que já existiam no Laboratório enriquecendo o potencial tecnológico empregado para confirmação ou negação de provas materiais.

O desenvolvimento de pesquisa é feito, atualmente, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e, atualmente, têm se concentrado nas áreas de Biologia Molecular e Criminologia Forense.

No setor de criminalística, encontra-se, também, um grande suporte de tecnologia e inovação de processos que têm chamado a atenção de outros centros de perícia forense do Brasil.

Em todas as áreas periciais, tem-se adicionado novas tecnologias, entretanto, são as técnicas inovadoras empregadas que favorecem a redução das margens de erro para comprovação das provas materiais. O exemplo disso é encontrado na microcomparação balística, em que o emprego de um novo equipamento, juntamente com um novo processo, reduz o período de perícia em torno de um quinto do tempo utilizado pelo processo anterior.

Algumas técnicas ainda são usadas em paralelo com as novidades, porém vê-se que a habilidade artística vem complementar as inovações. Quando comparamos os métodos de confecção de retratos falados, nota-se que o trabalho artístico e o uso de técnicas com o emprego de transparências junta-se com a construção de imagens por meio de computadores, utilizando recursos de softwares, aprimorando a fidelidade no reconhecimento de autores de

delitos.

As inovações tecnológicas que ocorrem em todo o mundo têm favorecido o cometimento de velhos crimes utilizando novos *modus operandi*. Este é o caso das fraudes e estelionatos praticados com o uso de cartões de crédito roubados ou “clonados”¹⁵, Internet e outros meios eletrônicos. Os furtos e roubos de telefones celulares, adulteração de programas de máquinas de caça-níqueis, invasão de sites de Internet e agências bancárias, falsificação de discos compactos (CDs), entre outros delitos, têm sido uma preocupação especial para a Polícia Técnica. O setor de informática tem firmado parcerias com fabricantes e Universidades para juntos terem os padrões para comparação e detecção das modificações realizadas nos softwares e hardwares que são solicitados perícias, para confirmação de autenticidade. O trabalho conjunto com núcleos de segurança privada principalmente com os que têm a guarda de segredos de cartões de crédito e operadoras financeiras, tem favorecido o desenvolvimento de inovações de processos para identificar autores de crimes por meio eletrônico.

Neste sentido, o Governo Federal tem apoiado todas as iniciativas. A publicação de um Decreto Federal, em 13/03/2001, que cria um comitê interministerial de combate à pirataria, conta com integrantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Justiça – Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ministério das Relações Exteriores e Polícia Federal, e fortalece o interesse em se desenvolver pesquisas que inibam o cometimento de tais delitos.

No setor de Fonética Forense, pioneiro no Nordeste em exames fonéticos, é onde se desenvolve a mais refinada inovação de processo para análise de reprodução de som e imagem submetida à perícia. A fonética conta com um quadro de engenheiros que vêm desenvolvendo, com destaque, no Brasil, técnicas aprimoradas de análise computadorizada de voz. O aproveitamento de equipamento utilizado na área médica, a exemplo do Computerized Speech Lab (CLS), que faz o processamento de todo nível da fala, é possível realizar perícias mais complexas de comparação e verificação de locutor. Junto com essa técnica, no setor de fonética forense, também se faz verificação de edição ou adulteração de trechos de falas gravadas em fitas magnéticas; tratam-se de sinais degradados por ruídos e analisam-se imagens que a escuta de um

observador comum não se consegue distinguir.

A Fonética Forense tem exportado¹⁶ essa inovação, dado que todos os métodos utilizados neste setor, na Bahia, foram desenvolvidos pelos profissionais da própria Polícia Técnica.

No Instituto Médico Legal Nina Rodrigues o gerenciamento eletrônico dos dados tem favorecido a localização espacial dos casos periciados pelo Instituto. Diversos métodos para exames de indivíduos vivos e no setor de tana-tologia¹⁷, com profissionais graduados, mestres e doutores, têm facilitado a elucidação da autoria de delitos e apontando a causa morte.

5 Tecnologia e inovação no setor de trânsito

O Departamento Estadual de Trânsito teve grande impulso para inovação dos processos a partir, também, da década de 90. Com a utilização do RENAVAL, o DETRAN passou a informatizar todo o processo cartorial de registro de veículos. Isso foi possível, porque a frota nacional teve que passar por um recadastramento em decorrência da mudança da numeração das placas de identificação. Com essa iniciativa, o Governo Federal promoveu o controle dos veículos, que passou a ser feito por um índice nacional que concentra todas as informações da frota brasileira.

Com a mudança do Código Nacional de Trânsito teve-se a obrigação de implementar o domínio sobre o registro dos condutores de veículos. Para tanto, criou-se um índice nacional de controle de condutores.

O DETRAN da Bahia realizou uma enorme inovação do seu processo de prestação de serviço de atendimento ao público. A informatização, com equipamentos de grande porte, deu-se início ao processo; e com a micro-informática foi possível unir as unidades numa rede de comunicação eletrônica. A conferência digital dos dados de veículos, proprietários e condutores, proporcionou uma imediata comparação das informações prestadas com as registradas nas bases dos índices nacionais. Este processo dificultou a realização de fraudes e acelerou o tempo de atendimento.

Com essa inovação, o atendimento prestado por vistoriadores¹⁸ de veículos ficou bem mais ágil e o prazo para emissão de documentação é imediata.

Essas mudanças provocaram a extinção de intermediação entre o usuário e o serviço público de trânsito, que antes era realizada por terceiros. Isso fez reduzir a quantidade de papel em circulação, ofereceu maior segurança à tramitação dos processos, economizou e racionalizou o emprego de pessoal, entre outros fatores que mudou a dinâmica desse serviço público.

A mesma tecnologia foi aplicada ao sistema de avaliação escrita para obtenção da carteira nacional de habilitação, implantando-se o exame por meio eletrônico. Este sistema possibilitou a correção imediata da prova e dificultou a possibilidade de ações realizadas de má-fé.

Embora se tenha investido muito na inovação dos processos para atendimento ao público, a educação para o trânsito não foi negligenciada. O departamento levou para as escolas de Ensino Fundamental e Médio, novas maneiras de se trabalhar na formação de uma população mais educada para transitar como pedestres e condutores de veículos nas ruas do Estado.

6 Considerações finais

Quando analisamos a ciência, tecnologia e inovação tecnológica no setor de serviços percebe-se que isto nunca foi tratado de maneira adequada. Para Almeida (2000), as teorias econômicas tendem a não aceitar as inovações nos serviços; consideram que há uma “adaptação de produtos ou processos desenvolvidos na indústria e/ou para indústria” desqualificando o processo inovador no setor terciário. O que se observa é que quando se trata de atividade terciária, na perspectiva da iniciativa privada, percebemos que o lucro está intimamente ligado a maior quantidade e a melhor qualidade de atendimento prestado, enquanto que no serviço público não temos o fator lucro envolvido, contudo, é necessário investir em qualidade e quantidade de prestação de serviço, a fim de atender bem a sociedade.

De fato, o serviço público de segurança retardou a sua inovação, porém, entrou nessa nova era com novos conceitos de serviços, tendo uma nova relação com “os clientes” (público em geral) empregando novos equipamentos e novos processos de atendimento. Particularmente, essas inovações centram-se em novas “tecnologias organizacionais”.

Não se pode descartar a possibilidade de que tais inovações não tenham trazido emprego, renda e produção científica para a Bahia. O incremento na contratação de pessoal especializado para desenvolver aplicativos computacionais, instalação de firmas especializadas (em Salvador) em vendas de software e equipamentos, a contratação de consultores em recursos humanos e a produção de trabalhos acadêmicos e literários, fez com que houvesse movimentação na economia destes setores.

O crescimento das inovações no setor de segurança pública foi notado, com maior intensidade, a partir do aumento do investimento econômico em outros setores, principalmente, com o “aumento da atratividade” turística na área de Salvador e Região Metropolitana¹⁹ verificada nos anos 90. Com a participação de centros mais experientes em desenvolvimento de C&T, foi possível se dá os primeiros passos para a reorientação da prestação do serviço público de segurança.

A importância dessa aproximação deverá ter o mesmo papel descrito por Cruz (2000), quando ele analisa os programas de inovação tecnológica na pequena empresa em São Paulo. No trabalho, o autor realça a participação da Universidade na avaliação da “viabilidade técnica de idéias propostas” e a ajuda técnica para se construir novas tecnologias. O ponto comum que encontramos no projeto de São Paulo, analisado por Cruz, e o incremento dado pelo serviço de segurança público baiano, é que nas duas parcerias a academia participa com o elemento difusor de conhecimento e num segundo momento a empresa fica responsável pelo encaminhamento do desenvolvimento de seus próprios projetos de inovação.

Finalmente, a análise apresentada sobre a questão da utilização de novas tecnologias e inovação dos processos de atendimento, permite destacar e mostrar que este setor estratégico do governo vem se modernizando para atender melhor a sociedade e encaminhar os problemas resultantes das desigualdades sociais encontradas em nosso Estado que reflete o panorama brasileiro e dos países em desenvolvimento.

Notas

1 A forma de atuação consistia em dispor policiamento ostensivo para observar o comportamento das pessoas em determinado espaço geográfico

durante certo intervalo de tempo. Os espaços preferidos eram centros da cidade onde o efetivo policial se concentrava durante o dia.

2 “O nome ‘polícia’ generalizou-se nos países ocidentais de uma forma enganosa, pois sob o mesmo nome podem aparecer instituições com formas e atribuições muito diversas.... a polícia nas linhas gerais que se associam com a idéia moderna se origina das instituições ligadas ao Estado Francês do século XVII, que se espalharam pelas monarquias absolutistas similares como Portugal e depois para o Brasil, ou mais tarde, a partir da expansão napoleônica, pelo próprio emprego de forças policiais pelo invasor francês, em seguida conservadas pelos governos de restauração.”(cf. Marcos Luiz Bretas, 1989, p. ---). A polícia, também, nasce no Estado Francês com a finalidade de combater a criminalidade e a delinquência, bem como, proteger a população contra acidentes e as epidemias e assegurar a subsistência da cidade. A polícia é então instituída para zelar pela manutenção da ordem pública, a segurança individual dos cidadãos, a liberdade e a propriedade. (cf. José Vicente, 1997).

3 A Secretaria da Segurança Pública Estadual é formada por quatro órgãos: Polícia Militar, Polícia Civil, Departamento de Polícia Técnica e Departamento de Trânsito.

4 OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

5 Policiamento de Rádio Patrulha, Policiamento à Pé, entre outros.

6 “Atividades Inovativas compreendem todos os passos científicos, tecnológicos, organizacionais, financeiros e comerciais, inclusive o investimento em novos conhecimentos, que, efetiva ou potencialmente, levem à introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos ou substancialmente melhorados. As atividades inovativas mais destacadas: aquisição e geração de novos conhecimentos relevantes para a firma; preparações para a produção; marketing dos produtos novos ou melhorados (OCDE, Manual de Oslo, 1996, p. 44)” apud SILVA; MELO, 2001, p. 16.

7 Cf. literatura produzida por Vicente Federico, Um Caso de Polícia, que trata sobre a “Reorganização Profissional e Polícia Comunitária na PM da Bahia”.

8 O policiamento comunitário tem como foco trabalhar em conjunto com uma determinada comunidade e, a partir de problemas de segurança levantados pela população local, tenta-se encontrar sua solução.

9 Cf. Jorge da Silva, “Modificar os currículos e, principalmente, a metodologia das academias de polícia brasileiras, colocando ênfase em assuntos que respondam às necessidades de uma sociedade livre, tais como: o papel da polícia numa sociedade democrática, prevenção e repressão policial, patrulhamento preventivo, direitos humanos, criminologia, problemas de grupos discriminados, etc., estimulando a reflexão crítica, especialmente no ensino dos altos escalões. Se possível, dado o caráter da atividade policial, integrar esse ensino com o ensino civil, como vem fazendo, por exemplo, a Polícia Militar do Estado da Bahia, onde o Curso Superior de Polícia (para tenentes-coronéis e majores) é ministrado na Universidade Federal da Bahia, em convênio com aquela instituição, sendo oferecida algumas vagas para juizes, promotores, delegados, advogados, etc. Medida cuja implementação encontra resistência dos policiais, aferrados a um tipo de ensino com a característica de treinamento irreflexivo e repetitivo, mas que pode ser posta em prática por decisão dos governos concertadamente com a Universidade.” (Revista Tempo Social, FFCH-USP, V.9, n° 1, 1997, p. 110).

10 As atividades de rotina são caracterizadas como aquelas que são realizadas de forma ordinária, tais como: policiamento motorizado, policiamento ostensivo a pé, etc.

11 Dentro desta atividade aglutina-se todo os tipos de policiamento executados durante eventos especiais, tais como: festejos populares e outros eventos sem periodicidade.

12 Cf. Projeto de criação e implantação do Sistema de Atendimento Policial, SSP/SAEB, abril/1998.

13 Compõe o Departamento de Polícia Técnica os seguintes órgãos: Instituto de Identificação Pedro Melo – IIPM, Instituto Médico Legal Nina Rodrigues – IMLNR, Laboratório Central de Polícia Técnica – LCPT e Instituto de Criminalística Afrânio Peixoto – ICAP.

14 Exame de teor de álcool no sangue.

15 HPLC – Chromatography Liquid of High Resolution.

16 A clonagem de cartões de crédito consiste em se fazer cópia das informações contidas na tarja magnética de um cartão original passando-a para outro(s).

17 O livro *Fonética Forence* é a única obra em português (Brasil) de autoria do Engenheiro Eletrônico Antônio César Morant – Perito do Departamento de Polícia Técnica do Estado da Bahia, publicado pela editora Sagra-Luzzatto, 1999.

18 Parte da medicina legal que se ocupa em estudar as causas relacionadas à morte.

19 Vistoriadores são agentes públicos encarregados de examinar as características do veículo e confrontar os dados da documentação com as informações talhadas nas partes fixas do carro (chassi e motor).

20 Ver *Inovação na Bahia*. Programa de Inovação em Áreas Estratégicas para o Estado da Bahia.

Referências

ALBAN, M.; GUERRA, O. Complexo metal-mecânico e eletrônico. In: BAHIA. Secretaria de Planejamento e Tecnologia. *Inovação Bahia*. Salvador: SEPLANTEC/CADCT, 2001. Programa de Inovação em Áreas Estratégicas para o Estado da Bahia.

ALMEIDA, P. H. de. Serviços e Serviços Técnicos. In: BAHIA. Secretaria de Planejamento e Tecnologia. *Inovação Bahia*. Salvador: SEPLANTEC/CADCT, 2001.

BAHIA. Secretaria da Segurança Pública. Programa de Desenvolvimento de Serviço de Atendimento Policial. Salvador, 1999.

_____. _____. Programa de informatização. Salvador, 1999.

_____. _____. Projeto de Criação e Implantação do Serviço de Atendimento Policial. Salvador, 1999.

BRETAS, M. L. Observação sobre a falência dos modelos policiais. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v. 9, n.1, p. 79–94, 1997.

CASTELLS, M. *Fim do milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CRUZ, C. H. de B. A universidade, a empresa e a pesquisa que o país precisa. *Revista Parcerias Estratégicas*. Brasília, n.1, p. 5–30, 2000.

FEDERICO, V. Um caso de polícia: reorganização, capacitação profissional e polícia comunitária na PM da Bahia. Salvador: Escola de administração da UFBA, 1999.

ROBINSON, J. A Globalização do crime. Tradução Ricardo Inojosa. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

SANTOS, J. V. T. dos. A arma e a flor. Formação da organização policial, consenso e violência. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v. 9, n.1, p. 155–167. maio, 1997.

SILVA, C. G. da; MELO, L. C. P. de (Coord.). Livro Verde: ciência, tecnologia e inovação. desafio para a sociedade brasileira. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia; Academia Brasileira de Ciência, 2001.

SILVA, J. da S. Representação e ação dos operadores do sistema penal no Rio de Janeiro. *In*:Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v. 9, n.1, p. 95-114, maio, 1997.

TEIXEIRA, F.; LIMA, M. Tecnologia e competitividade na economia baiana. Inovação Bahia. Programa de Inovação em Áreas Estratégicas para o Estado da Bahia, SEPLANTEC/CADCT. Salvador, jul. [200-].

UNESCO. Recommendation Concerning the International Standardisation of Statistics on Science, 1978. citado em OCDE20, Manual Frascati, 1993.)” Apud SILVA e MELLO, Livro Verde.

JOÃO APOLINÁRIO DA SILVA

Mestre em Análise Regional (UNIFACS). Pós-graduado em Assessoria em Métodos Quantitativos (UnB). Matemático (UCSal). Graduado em Segurança Pública pela APMB. Coordenador de Estatística da COORDOP PM. Professor da disciplina Estatística na Universidade Salvador, na Faculdade Batista Brasileira e POLIFUCS, assim como da disciplina Matemática nas Faculdades: POLIFUCS e FABAC.

E-mail: apolinário@pmba.ba.gov.br

Artigo recebido para publicação em 12/07/2004.